

# Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcon

About history, historiography and historians: interview with Francisco José Calazans Falcon

---

## **Marcia de Almeida Gonçalves**

Professora adjunta  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
agmarcia@uol.com.br  
Rua Henrique Fleiuss, 278 - Tijuca  
20521-260 - Rio de Janeiro - RJ  
Brasil

## **Rebeca Gontijo**

Professora adjunta  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
rebeca\_gontijo@hotmail.com  
Campus de Seropédica - BR 465 (Antiga Rio-São Paulo) - Km 7  
23890-000 - Seropédica - RJ  
Brasil

---

365

## Palavras-chave

Historiografia; Historiadores; História.

## Keyword

Historiography; Historians; History.

---

Enviado em: 12/9/2011

Aprovado em 28/10/2011

A trajetória de Francisco José Calazans Falcon está relacionada à construção dos cursos de história no país. Ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia em 1952 e iniciou sua carreira no magistério superior em 1955, pouco antes de completar sua graduação. Foi então convidado a lecionar na Faculdade Fluminense de Filosofia, na cadeira de moderna e contemporânea. No ano seguinte, passou a trabalhar também na Faculdade Nacional de Filosofia, como assistente de Maria Yedda Linhares. Em 1958, tornou-se professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). De lá pra cá, atuou em diversos órgãos de fomento, como a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Também contribuiu para a criação dos programas de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da PUC-Rio, da Universidade Severino Sombra, em Vassouras e da Universidade Salgado de Oliveira, em Niterói. Seu livro, *A época pombalina* – originalmente uma tese de livre-docência defendida na Universidade Federal Fluminense, em 1976 –, publicado pela primeira vez em 1982, em São Paulo, pela editora Ática, tornou-se leitura obrigatória, ao lado de vários outros livros, como *Mercantilismo e transição*, e dos muitos artigos sobre a política pombalina, teoria da história e historiografia, domínios no qual se destaca há várias décadas.<sup>1</sup>

366

1. *Em entrevista concedida à Revista de História da Biblioteca Nacional em setembro de 2007, o senhor lembrou a observação do historiador espanhol Carlos Barros (organizador dos encontros História Debate, na Espanha) de que "a história andou pra trás". Ela estaria, naquele momento, mais para Leopold von Ranke, Charles Victor Langlois e Charles Seignobos do que para os Annales e para o marxismo. Ou seja, os historiadores estariam, então, mais preocupados com o empirismo, a neutralidade e o medo de tomar posição, conforme suas palavras. O senhor está de acordo com essa perspectiva, considerando, sobretudo, o caso brasileiro?*

**Francisco José Calazans Falcon:** Acredito que no Brasil temos que relativizar essas conclusões ou proposições. Vejo que no Brasil há uma persistência, embora nem sempre muito evidente, de correntes que, bem ou mal, se remetem a princípios marxistas. Não é o caso agora de discutir que marxismo é esse. Mas, eu acho que existe, realmente, para certos temas, principalmente movimentos sociais, história das ideias, especialmente as ideias vinculadas através da imprensa, caso sobretudo da chamada imprensa operária, há muita coisa sendo feita, sendo pesquisada que acho interessante. Por outro lado, há realmente uma retomada, um avanço do empirismo. Eu diria que nessa questão do empirismo é preciso ver com muita atenção e muito cuidado e não simplesmente

<sup>1</sup> Alguns desses artigos acabam de ser reunidos no livro: FALCON 2011.

rotular, colar o rótulo e desprezar. Acho que o empirismo está ligado a uma preocupação de examinar com mais cuidado, com mais atenção, aspectos, digamos assim, individualizados da história. É um certo individualismo metodológico, que se opõe a tradições anteriores mais centradas numa concepção generalizante, que se chama, um pouco pernosticamente, de holismo. O holismo até os anos 1970 predomina na historiografia brasileira, mas depois ele começa a perder terreno. A ideia de uma totalidade, a ideia de remeter tudo a uma totalidade estruturada, tudo isso começa a ser substituído por novas concepções. Acho que há autores que tiveram um papel muito grande para essa ruptura. Desde os primeiros trabalhos de Michel Foucault e de Louis Pierre Althusser. Este último, embora com perspectiva marxista, rompe com uma tradição ortodoxa, para ser depois, ele também, superado por outras concepções. Terminei agora um trabalho para a Associação Nacional de História (ANPUH), a pedido das professoras Raquel Glezer e Marieta de Moraes Ferreira. Trata-se de um trabalho sobre historiografia fluminense e as historiografias regionais produzidas durante os últimos 50 anos (FALCON 2011, p. 13-68). Recuperar a historiografia do Rio de Janeiro durante cinquenta anos é complicado. Eu tentei fazer isso da melhor maneira mostrando que há várias correntes. Ainda hoje, por exemplo, embora muita gente não se dê conta, além do marxismo há uma história econômica quantitativa que muita gente teima em considerar morta e enterrada. E, no entanto, nós temos a Sociedade Brasileira de Pesquisa em História Econômica fazendo reuniões periódicas com muita produção. Há também inúmeras outras tendências historiográficas, tanto temáticas como metodológicas, que orientam pesquisas as mais variadas. Voltando à questão do empirismo, acho que o empirismo não é o inimigo. É uma consequência dessa história que foi cada vez se especializando mais em temas, objetos cada vez mais limitados, que por sua vez vão exigir uma pesquisa mais detalhada. O empirismo tem a ver com a famosa fragmentação, que por sua vez tem a ver com a perda da visão ou do interesse pela totalidade. Uma coisa leva à outra. O empirismo está sempre presente em graus diferentes. O empirismo estava presente na época áurea da chamada história quantitativa. O que era você organizar tabelas, gráficos, pesquisar feito louco milhares de documentos para estabelecer curvas, tabelas, gráficos, senão empirismo, trabalho empírico? O que acho é o seguinte: no empirismo tal qual se desenvolve hoje o problema é que as pessoas cada vez querem saber menos do que acontece na periferia das suas pesquisas, uma vez que as chamadas *grandes teorias* estão fora de moda. É uma questão típica das tendências historiográficas atuais, as pessoas irem se isolando das preocupações mais amplas e só se interessarem pelos trabalhos realizados no âmbito de seus pequenos/grandes grupos temáticos. Elas não têm consciência do isolamento, mas vão se isolando. Cada uma se preocupa apenas com o seu objeto de estudo. E usam, cada vez mais, uma metodologia tipicamente empirista. A "história voltou pra trás" é uma maneira de dizer, mas é preciso sofisticar um pouco isso. Novas preocupações levam a ter impressão de que ela andou pra trás. Porque essa história de andar pra

frente ou andar pra trás já constitui uma perspectiva de história. A velha perspectiva de uma história que é sinônima de progresso, de evolução, de desenvolvimento.

*2. O senhor mencionou que, em certa medida, há uma fragmentação desse campo da história em diversos objetos. E há um texto seu publicado na revista Estudos Históricos (dossiê Historiografia), em 1996, sobre a identidade do historiador. Ali o senhor já apontava para a fragmentação da identidade do historiador. Então, estas duas coisas estariam associadas?*

**FJCF:** É um texto revisto e ampliado da comunicação que apresentei em Recife, em 1995, na mesa em que ao meu lado estava François Dosse com uma perspectiva não muito diferente, só que aplicada à historiografia francesa. Ele criticava a virada hermenêutica da historiografia francesa. Mostrei que entre nós a questão era a dificuldade de definir quem é historiador e quem não o é. Foi esta a questão proposta pelos organizadores do evento. Ainda na semana passada falei sobre isso com os alunos do mestrado. Porque as definições rigorosas, taxativas, propostas por Francisco Iglésias, por Amaral Lapa, entre outros, não são reais, não são aplicáveis, pois temos, no universo de produção historiográfica dos últimos cinquenta anos, inúmeras obras que os historiadores consideram como obras históricas, de valor histórico e que não foram necessariamente produzidas por historiadores no sentido profissional, no sentido proposto por Iglésias e alguns outros: "são historiadores os que têm graduação em história". Mas, quantos não têm graduação em história e escrevem obras de história? Foi isso que tentei discutir. Por outro lado, tive muitos alunos que se formaram em história e foram fazer mestrado e doutorado em sociologia, em política, em antropologia, em economia. Creio que temos que nos ater mais à obra e não ao autor. Acho que a obra é que define o caráter histórico ou não e quem produz uma obra que a comunidade, que a oficina da história reconhece como obra de história, é também um historiador. Foi o que eu quis dizer naquela ocasião. Se você não adotar um critério mais flexível vai marchar para o impasse, para situações insolúveis. As carreiras acadêmicas de muitos historiadores contemporâneos demonstram o quanto é questionável qualquer proposta tendente a privilegiar de uma forma absoluta a formação profissional sobre a produção historiográfica propriamente dita.

*3. Hoje a perspectiva de que o conhecimento histórico possui historicidade e está condicionado por um lugar e por um agente produtor é um pressuposto básico para o estudo da historiografia. Nos anos 1970, na introdução da obra Faire de l'histoire (1974), organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff, os organizadores chamam atenção para o interesse cada vez maior pela epistemologia da história. Chegam a afirmar que essa reflexão sobre a história seria estimulada pela tomada de consciência dos historiadores acerca do relativismo e da historicidade da sua ciência. Como o senhor vê o estado atual da reflexão acerca desse interesse pela epistemologia ou dos estudos sobre historiografia e teoria da história entre nós?*

**FJCF:** O trabalho que acabo de concluir todo ele baseado no pressuposto de que em cada época a produção historiográfica tem a ver não apenas com as preferências do historiador, ou com a sua formação, mas com as condições de produção existentes. O texto essencial é o de Michel de Certeau, *A escrita da história* (1975), que trata do lugar social (ou dos lugares) a partir dos quais o historiador escreve a história, produz seu próprio discurso historiográfico. Por isso, nesse trabalho que fiz, procurei dar ênfase aos diversos lugares institucionais: as universidades, sobretudo após a institucionalização dos programas de pós-graduação, mas também a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, a Casa de Oswaldo Cruz, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entre outros. Tentei mostrar como o Rio de Janeiro é complexo justamente porque, ao contrário de outros lugares do Brasil, aqui nós temos multiplicidade de lugares de produção histórica. Eu acho isso fundamental: saber de onde o autor está falando, em que época ele está falando. Por isso fiz questão de analisar os anos 1960, 1970, 1980 e 1990. Penso que os anos 1960 são interessantíssimos, são fundamentais para a gente entender os caminhos do ensino e da escrita da história. O que é outra questão fundamental: o ensino da história. Foi por onde comecei na verdade. Acho que essas questões hoje são fundamentais. Quanto à *Faire de l'histoire* (1974), acho que eles estão dando ali um balanço da *nouvelle histoire*, que está no apogeu mas prestes a se desintegrar, prestes a, como disse um autor inglês chamado Lawrence Stone, se desfazer ou explodir como uma supernova. Naquele momento, você lia aqueles livros, como eu os li, em francês, mas batalhávamos ou torcíamos para que logo saísse a tradução brasileira. Quem mais se empenhou foi Théo Santiago, que conseguiu que a 1ª edição saísse em 1976 pela Francisco Alves. Foi uma proeza editorial editar aqueles três volumes naquela época, no Brasil. Agora, se nós quisermos pensar os anos 1970, precisamos pensar também no que estava começando. Pensar, por exemplo, que 1971 foi o ano em que Paul Veyne publicou *Comment s'écrit l'histoire*. E 1973 é o ano de *Metahistory*, de Hayden White. E 1975 é o ano de *L'écriture de l'histoire*, de Michel de Certeau. Então, ao mesmo tempo em que a *nouvelle histoire* estava comemorando, se autopromovendo, no auge, nos píncaros da glória, já estavam em andamento as forças contrárias. E não esquecer que na década anterior foram publicados os primeiros trabalhos de Michel Foucault, *Les mots et les choses* e *L'archéologie du savoir*, são dos anos 1960. Então, é um momento de glória efêmera, porque logo vamos ver, de um lado, os defensores da história quantitativa lutando para sobreviver e, de outro lado, a ascensão gloriosa da história das mentalidades. Eu me lembro perfeitamente em 1971, acho que era a Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências (SBPC) no Fundão (UFRJ), uma seção presidida por Eremildo Viana,<sup>2</sup> em que Célia Freire<sup>3</sup> fez uma apresentação tecendo loas à

<sup>2</sup> Eremildo Luiz Vianna, catedrático de história antiga e medieval da Universidade do Brasil entre as décadas de 1940 e 1980. Foi diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais durante a ditadura militar e ficou conhecido como notório "dedo duro". Fazia relatórios denunciando professores comunistas da Universidade.

<sup>3</sup> Célia Freire d'Aquino Fonseca, doutora em história pela USP, sob orientação de Ruggiero Romano,

história das mentalidades. E todo mundo a partir daquele momento ia escrever história das mentalidades. E essa história das mentalidades, sempre achei que ela partia de um equívoco ou que ela se tornou um equívoco. Quando Duby e outros se referem à história das mentalidades eles sempre estavam se referindo ao que se chamava de mentalidades coletivas. Era um problema que remetia, talvez, a Durkheim, à concepção de consciência coletiva, coisas problemáticas, sempre polêmicas. Mas no Brasil as pessoas começaram a entender a mentalidade como algo individual. Falar de história das mentalidades era estudar a mentalidade de um fulano, de um intelectual, de um cientista, o que não era exatamente o mesmo objeto ao qual se referiam Georges Duby e muitos outros. Duby estava se referindo à complementação de uma história que tinha tratado a economia em grandes blocos, a sociedade, a estratificação social (lembro aqui François Furet, Adéline Daumard), os grandes movimentos sociais. Tratava-se sempre de grandes conjuntos, em que não há nomes, individualidades. Grandes conjuntos de pessoas que tinham certas ideias, certos preconceitos, determinadas formas de pensamento, ou de crença. E acabou, em alguns casos, não sempre, degenerando numa história de individualidades. O que já é outra coisa pois tem tudo a ver com o que nós chamamos de retorno da biografia. A biografia reentrou por essa porta. A biografia andava um tanto quanto abandonada, esquecida embora não totalmente, porque é bom lembrar que a ideia de que a biografia havia desaparecido, ou saído de moda, tinha tudo a ver com o fato de que nós em geral pensávamos as tendências historiográficas muito influenciados pelo que acontecia na França, pelo que acontecia em Paris. Mas a verdade é que a biografia, fora do território dos *Annales*, continuou a ter uma vitalidade muito grande, na França e em vários outros países. Como na Inglaterra, por exemplo. Como papagaios, repetíamos: a biografia acabou. Eu tive que estudar esse problema por causa de uma pesquisa que fiz a respeito de Pedro Calmon como historiador, a pedido do pessoal lá da Bahia, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, presidido pela professora Consuelo Pondé de Sena, e da Fundação Pedro Calmon, ligada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, a convite da Consuelo Novais Sampaio, minha aluna em priscas eras na Nacional de Filosofia. Em Portugal, em 1999, no Porto, apresentei um trabalho sobre *O rei cavaleiro* (1933), de Pedro Calmon. Então, acho que a biografia é cada vez mais importante, embora tenha alguns problemas. Porque, pela biografia ou através da biografia, entram em cena os trabalhos de autores que não são especialistas em história. Aí entra a interface da história com a literatura, com a ficção e a imaginação. Mas este já seria um assunto para outra ocasião.

370

4. *O senhor chegou a dirigir uma coleção editada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre biografias. Alguns números chegaram a ser publicados; uma marca*

---

com passagem pela EHSS, sob a supervisão de Fernand Braudel, livre-docente pela UFRJ, onde foi titular da cadeira de história do Brasil.

*da coleção eram os usos variados do biográfico. Isso foi no início dos anos 1990. Poderia dizer algo sobre esse projeto?*

**FJCF:** Essa foi uma iniciativa interessante. Quem teve a ideia e me convidou para dirigir foi a professora Alzira Abreu, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC/FGV), que também foi minha aluna nos idos de 1957 ou 1958. Organizamos uma lista e convidamos várias pessoas dando plena liberdade aos autores para abordar cada personagem do jeito que julgassem mais adequado. E essa coleção tinha uma variedade muito grande de perspectivas. Os volumes publicados demonstram a diversidade entre seus autores, desde alguns textos mais tradicionais até outros que se aproximam do pós-moderno, como o de autoria de Marcus Alexandre Motta. Muitos que se comprometeram a escrever acabaram não escrevendo. Além do que a Zahar acabou lançando uma coleção semelhante, só que era uma coleção “enquadrada”, mais “certinha”, que teve um sucesso muito grande, dirigida pelo Celso Castro, agora diretor do CPDOC. Essas coleções traduziam a nova fase da historiografia contemporânea, à qual já fiz referência, que se destaca no panorama atual – a valorização das abordagens biográficas.

371

*5. Se nós pensarmos que, a partir dos anos 1970, é possível observar uma preocupação crescente com a seguinte pergunta proposta por Michel de Certeau: o que o historiador faz quando faz história? Um dos resultados dessa interrogação é o desenvolvimento de uma história da historiografia. Em sua opinião a história da historiografia seria uma disciplina autônoma ou poderia ambicionar esse status?*

**FJCF:** Acho que pode perfeitamente. Acho que a história da historiografia é o reconhecimento do caráter histórico do próprio historiar, da própria escrita da história. É apenas a constatação, que hoje consideramos óbvia, de que a história é também histórica. Talvez uma história da historiografia tenha que ser delimitada em termos do objeto. Ou seja, uma história da historiografia brasileira, ou no Brasil, ou no mundo ocidental, o que seria complicado, ou por outros vetores espaciais e temporais: a historiografia medieval, a historiografia do século XIX. Mas acho perfeitamente válido pensar numa disciplina. Porque dificilmente os historiadores, pesquisadores, professores de história, que estão envolvidos com um determinado tipo de problema, com determinado objeto de pesquisa, vão se dar ao trabalho de fazer uma história ampla da historiografia. Quando muito eles vão estudar a historiografia daquele assunto, daquele objeto, daquele tema. E eu tenho ouvido dizer, por alguns orientadores, que, sobretudo os mais jovens, já se recusam a mergulhar muito no passado. Só querem saber dos últimos autores, os autores mais recentes. Quer dizer, há uma perda do sentido, da densidade histórica, ou melhor, da própria historicidade que é inerente à produção do conhecimento histórico. Estou convencido de que a história da historiografia permite, como costumava dizer o professor Castro Faria,<sup>4</sup> “não abrir portas

---

<sup>4</sup> Luis de Castro Faria (1913-2001), antropólogo, professor emérito da UFF e da UFRJ - Museu Nacional.

abertas". Hoje em dia este é um risco muito grande. Conforme alguns pesquisadores não se interessem em saber o que se escreveu a respeito de seu tema anteriormente, eles correm o risco de repetir, de eleger como problema, como elemento narrativo, coisas que já foram vistas e analisadas. Não que você não possa fazer de novo, mas é querer dar um caráter novo a uma coisa que não é propriamente nova. Você tem até todo direito de contestar o anterior, mas na medida em que você o ignora parece que você está trilhando um continente completamente virgem e que você é o primeiro a chegar naquelas paragens. E isso é o que pode estar acontecendo em alguns casos.

*6. Em certa medida, os trabalhos proliferaram muito. Há muitos textos de história, muito mais facilmente disponibilizados. Nós temos, talvez, uma inflação de disponibilização de textos, o que talvez seja um elemento que dificulte e que, ao mesmo tempo, facilite o trabalho de se fazer a história da historiografia. Neste sentido seria crucial para os historiadores de profissão ou para os futuros historiadores a preocupação com isso, não?*

**FJCF:** Veja bem, quando abordamos a década de 1960, são pouquíssimos os trabalhos de história publicados. Coisa rarefeita. Nos anos 1970 há um pouco mais e só no final dos anos 1970 e a partir dos 1980, quando então começam a aparecer os trabalhos dos programas de pós-graduação é que a produção começa a crescer. Ao mesmo tempo, você tem a produção ligada aos simpósios da ANPUH. É impressionante como o primeiro é um volumezinho, o segundo um pouco maior e vai crescendo. Cresceu tanto que a última publicação, em quatro volumes, foi a do Simpósio de 1977, em Florianópolis. Em 1979, quando se realizou o Simpósio Nacional em Niterói, na UFF, não houve publicação dos anais. E a partir daí não houve mais. Nem João Pessoa, em 1981, nem Salvador, em 1983. Alguns trabalhos foram às vezes reunidos em números especiais da *Revista brasileira de história*. A partir de então dispomos apenas dos chamados *Cadernos de comunicações* e se os compulsarmos vamos ver como são cada vez mais volumosos. Há cada vez mais trabalhos. É uma produção gigantesca. Mas quem vai trabalhar com historiografia tem que ter paciência e percorrer essas relações e ver o que ali existe que possa interessar à sua pesquisa. Não dá para passar por alto. Dá trabalho, mas hoje em dia, com a ferramenta do computador, o trabalho tende a ser bem menor. Antigamente, para reunir uma bibliografia você levava meses. Hoje, às vezes, pelo computador você encontra a bibliografia toda. O mal é você achar que não precisa ler nada daquilo e quem quiser que vá conferir o que você leu ou não leu. Mas a produção hoje é muito grande. E os documentos disponíveis são cada vez mais numerosos. Talvez por isso a gente tenha que entender esse processo de fragmentação, porque cada vez mais os pesquisadores vão centrando a atenção no seu objeto e vão ignorando os demais. O grande mal, que pode ocorrer, mas que não necessariamente ocorre, é termos doutores – quando são aprovados nos concursos para professores das universidades –, que são monotemáticos, isto



é, passam a vida toda a escrever e dar aulas sobre o mesmo assunto em seus cursos de pós-graduação. Conheci vários, não vou citar nomes, conheci vários que ficaram a vida toda dando cursos sobre suas teses, com pequenas variações.

*7. Numa entrevista anterior (Revista de História da Biblioteca Nacional), o senhor menciona que a postura crítica do historiador havia sofrido um eclipse. Os historiadores oscilariam entre dizer obviedades ou fazer elogios, ninguém quer se comprometer ou poucos querem. Em sua opinião, o trabalho intelectual, entre eles o trabalho do historiador, avança pelo confronto das divergências. Nesse sentido, como essa postura crítica poderia ser estimulada, considerando o atual modelo das graduações, das pós-graduações e dos eventos da área, que estimulam uma produção em série, com pouco tempo para o debate, levando em conta que o volume da produção aumenta a cada dia, tornando cada vez mais difícil mapear essa produção?*

**FJCF:** Penso que isso tem relação com nossa maneira de ser. Acho que é um problema cultural. As pessoas não querem se comprometer explicitamente, ou seja, através de artigos, de entrevistas, com críticas ao trabalho de quem quer que seja. Então, há muita crítica, mas não é escrita, é verbalizada. As pessoas se reúnem, vão tomar um cafezinho e “metem o pau”, ao passo que, às vezes, o que sai primeiro do grupo diz: “respeitem minha ausência”. Mas isso não está nas revistas. Quando acontece de haver uma querela, é um espanto, como foi a de Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, como é agora aquela em que Durval Muniz Albuquerque Junior abriu baterias contra o Ciro, em *O historiador naif* (2009). Isso é raro, como foi raro há muitos anos atrás, quando Ciro Cardoso criticou um professor de São Paulo numa querela sobre antiguidade egípcia. Mas isso é raro. As pessoas omitem suas restrições. Falam, mas escrever..., há falta de espírito crítico. As revistas raramente incluem uma análise crítica das opiniões de outro autor. Quando muito há uma análise crítica abstrata, sem personalizar, sem indicar sobre quem você está falando. É claro que você pode criticar livremente os da França, dos Estados Unidos, da Alemanha. Mas, os da nossa comunidade, procuramos evitar. Basta, por exemplo, acompanhar os simpósios da ANPUH, nacionais ou regionais. Às vezes acontece uma discussão ou outra, como foi o caso ocorrido na UERJ, em 1991, a respeito de interpretações sobre a sociedade escravista no Brasil. Marcou época. Mas, fora isso... Gorender volta e meia volta ao ataque, achando que tem um bando de gente querendo atenuar a escravidão. Lembro um professor da Universidade de São Paulo (USP), grande amigo, que me disse certa vez que o livro da Katia Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, deveria se chamar *Como era bom ser escravo no Brasil*. Então, temos essas querelas, mas isso é cinco por cento da comunidade. A maioria não está nem aí. Cada qual escreve seus trabalhos, faz referência a quem julgam que merece referência, porque contribuiu de alguma forma, e quase nunca fazem referência a quem se opõe a suas ideias, ou, muito menos ainda, a seus inimigos.

8. *O senhor acompanhou a série de resenhas que a professora Andrea Daher da UFRJ escreveu sobre o livro Produção de presença (2011), de Hans Ulrich Gumbrecht?*

**FJCF:** Alguma coisa acompanhei. Até que foi uma querela interessante, inteligente, mas não gostaria de comentar aqui o assunto por se tratar de pessoas as quais admiro e principalmente pelo próprio assunto, pois, a rigor, teríamos uma outra entrevista.

9. *Como o ensino de teoria da história nas graduações poderia incentivar essa postura crítica?*

**FJCF:** Isso é um problema, talvez, da época que estamos vivendo. De certos costumes. Na falta de explicação mais exata, são certos hábitos culturais. Talvez, Roberto da Matta, que foi aluno de história, da UFF, talvez ele pudesse dizer algo interessante sobre essa questão: ser brasileiro e historiador. Não vejo muita disposição hoje para se criar caso, como se diz, para criar polêmica. Esse polemismo teve sua época. Mas hoje as pessoas ficam cansadas, deixam pra lá. Não há uma receptividade grande a esse tipo de discussão. Quanto à teoria da história, acho que ela deve ajudar o aluno a perceber quais são as perspectivas teóricas do historiador que ele estiver lendo. Porque não há, entre nós, o hábito de um historiador colocar em destaque os seus próprios pressupostos, chamados teórico-metodológicos. Às vezes ele coloca na tese e tira na hora de publicar. As editoras não gostam de publicar teses universitárias. Elas querem que você dê a sua tese um formato que não seja o de tese. Mas isso até as agências como a FAPERJ fazem. Trabalhei três anos na FAPERJ, no setor que atendia pedidos de publicação, e a orientação que eu recebia era, se for publicação de tese, indefira com um recadinho: volte com seu trabalho modificado, sem o aspecto de tese. Quer dizer, uma coisa do arco-da-velha. Por um lado você tem uma estrutura universitária montada para a coisa mais importante, que é você orientar, conduzir, discutir essa obra que é a tese de doutorado, coroamento de toda uma formação e início de uma carreira docente. Ao mesmo tempo você tem as editoras e até as agências oficiais que não gostam disso. É um impasse. Você de repente faz sua tese com todos os requisitos acadêmicos exigidos pela comunidade e pelo orientador e, um dia, você quer publicar e descobre que lá fora não querem isso. Querem uma coisa suave. Daqui a pouco estão querendo mais o Eduardo Bueno e não o seu trabalho. Acho isso curioso. Mas, acho que a tarefa da teoria da história, da metodologia da história e da historiografia é, primeiro, habituar a pensar a história. Lembro um livro muito interessante do Pierre Vilar, *Pensar historicamente* (1997), interessantíssimo. O que é pensar historicamente? É pensar a natureza do próprio trabalho, pensar como é que você produz um texto que é conhecimento histórico. Como é que isso acontece. Mostrar ao aluno como isso acontece, como isso é possível. Por outro lado, mostrar que para fazer

isso é preciso ter determinados princípios, determinados procedimentos, respeitar determinadas regras e ao mesmo tempo habituá-lo a pensar que ele não está sozinho no mundo. Ele não é o Robinson Crusoe. Ele não é o primeiro, ele faz parte de uma cadeia infinita. Aí entra a questão mais complicada: o que é que o historiador pensa que está fazendo quando faz história. Naquele livro, *Passados recompostos: campos e canteiros da história* (1998), há um autor que pergunta: o que o historiador pensa quando faz história? Jocosamente, o mesmo autor conclui que certamente o leitor vai responder: provavelmente não pensa em nada. Quem mais de uma vez tocou nessa questão foi o François Hartog. E muitos historiadores não exercem a autorreflexão sobre a natureza do seu próprio trabalho, que é essencial ao conhecimento histórico. Aí entra a epistemologia. E muita gente pergunta "para que epistemologia"? Mas isso é discutir a questão da natureza desse conhecimento que você pretende produzir ao escrever história. E se você for discutir isso vai entrar nos pós-modernos e sua negação da própria epistemologia.

375

*10. Como é que o senhor vê hoje o ensino de teoria e metodologia na graduação? Cada curso, cada departamento estabelece a quantidade de disciplinas voltadas para teoria, historiografia e metodologia. Lembro que nos anos 1970 havia uma preocupação com a disciplina de introdução à história. Chegaram a discutir o teor dessa disciplina, a necessidade dela na graduação. E hoje, que avaliação o senhor poderia fazer em relação ao ensino de teoria na graduação?*

**FJCF:** Sinto-me pouco à vontade pra falar sobre isso, porque há algum tempo não lido com o ensino na graduação. A última vez que eu trabalhei com isso deve ter sido nos anos 1980, dando Introdução à história. Lembro dos primórdios dessa discussão, o simpósio de Marília, quando se discutiu muito isso. Depois, o simpósio de Introdução ao Estudo da História, em 1968, em Friburgo, seguido por um outro, em 1970, em Juiz de Fora. Eram dedicados a pensar a disciplina de introdução à história. E nunca se chegou a uma conclusão sobre o que se pretendia com essa disciplina. Hoje, alguns cursos não têm mais essa disciplina, que nunca teve o *status* das outras disciplinas mais antigas. Hoje em dia, com franqueza, não sei como está. Acho que seria interessante pensar. Tenho informações vagas de que cada professor interpreta o tema, o objeto dessa disciplina, de forma muito pessoal e dá o assunto que ele julga mais importante. E isso causa uma deturpação muito grande do ponto de vista da formação teórico-metodológica do futuro profissional de historia.

*11. Se o senhor hoje fosse convidado a ministrar um curso de introdução para a graduação, qual seria o seu currículo mínimo, por onde o senhor caminharia?*

**FJCF:** Caminharia, primeiro, para deixar claro aos alunos o conceito de teoria. O que é teoria e o que são teorias, singular e plural, e o que é teoria da história, para não confundir com outras coisas, principalmente com filosofia da história.

Depois, a diferença entre teoria e metodologia e, ao mesmo tempo, sua dependência recíproca. Você não pode ensinar metodologia sem teoria. E a teoria sem metodologia torna-se inócua, completamente vazia de sentido. E por último, eu diria que deve haver um estudo da historiografia, nesse sentido de história da história. Não no sentido da historiografia a partir da seleta de grandes autores. Acho que é preciso historicizar. Por exemplo, em historiografia brasileira, estabelecer um elenco, discutir se há ou não historiografia no período colonial. Depois Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu etc. E mostrar cada um deles e sua ideia de história correspondente. Há quem coloque também a parte de metodologia, argumentando que os alunos devem ter conhecimentos genéricos sobre fontes, documentos, conhecer como o historiador trabalha, como ele produz um certo tipo de discurso, de conhecimento que é o discurso histórico. Seria interessante levar os alunos a arquivos, bibliotecas, habituá-los, fazê-los conhecer o ambiente de trabalho do historiador. Teoria, metodologia e historiografia, com uma parte muito prática sobre os grandes textos historiográficos e sobre os métodos de trabalho do historiador.

*12. Em entrevista para a revista Humanas (1998), da UFRJ, o senhor afirmou que o grande debate naquele momento, que muitos não haviam assimilado, seria a diferença entre uma história moderna e uma historiografia pós-moderna. Pouco mais de uma década depois dessa entrevista, como o senhor avalia o estado atual desse debate? Hayden White ainda é o intelectual a ser vencido? Haveria hoje uma maior assimilação desse debate ou teríamos caído numa espécie de estagnação epistemológica? Todo mundo se acostumou com essas provocações ou o debate continua vivo e interessante?*

376

**FJCF:** Existe uma entrevista grande, mais recente, que dei pra Marieta de Moraes Ferreira. Acho que toquei nesse assunto. Acredito que o problema moderno / pós-moderno, naquilo em que ele interessa de fato ao historiador, é o fato de que alguma coisa das teses pós-modernas penetrou no campo da produção historiográfica. Do meu ponto de vista, a perspectiva pós-moderna, levada às suas consequências lógicas, inviabiliza a própria história. Porque ela tira da história a característica de conhecimento verdadeiro de algo que se situa fora do campo discursivo. A história, como diz Roger Chartier, ou como diz Carlo Ginzburg de outra maneira, não abdica, não renuncia, não abre mão do seu direito ou dever, segundo Chartier, de dizer o que foi, quando mais não seja, acrescenta ele, por uma questão de respeito aos que já se foram, aos mortos. Chartier é dramático, é trágico. Ginzburg diz mais ou menos a mesma coisa. Portanto, para a história, o essencial é manter o princípio de que o historiador não é um autor como outro qualquer, que escreve o que bem entende, que inventa o que lhe vem à cabeça, que imagina as situações que lhe pareçam mais verossímeis. Não é um ilusionista, um malabarista da retórica. Por outro lado, a história passou a reconhecer, primeiro, o caráter narrativo da escrita da história. Isso é fruto da influência do giro linguístico. Hoje se fala de

narrativa histórica naturalmente. Antigamente, falar de narrativa histórica era parecer positivista, era parecer *démodé*, defasado. Era justamente o que a escola dos Annales criticava. Mas hoje você sabe que o historiador narra, conta uma história. Mas essa história que ele conta, que ele narra, que ele escreve tem uma característica diferente do romance, da novela, da poesia, porque ela é uma história verdadeira. Verdadeira até o ponto em que a verdade é possível. E para ser verdadeira ela se apoia, se sustenta em documentos. Documentos são as evidências da verdade dita pelo historiador. Por outro lado, ninguém ignora que o historiador é obrigado, em determinados passos do seu trabalho, a usar da sua própria imaginação. Portanto, a inventar certos nexos, certas conexões, certas razões, porque ele não tem meios de encontrar tudo nos documentos. Porque os documentos, a documentação geralmente é fragmentária. Ela não nos é dada sob a forma de uma narração contínua, uniforme e não contraditória, pois, se assim fosse, talvez não houvesse lugar para o historiador. Senão seria uma redundância. O que o historiador faz é apropriar-se desses vestígios, desses restos e indícios e transformá-los em uma exposição inteligível. O pós-moderno nega essa possibilidade, aposta tudo na linguagem, a linguagem como uma dimensão fechada em si mesma. Nega que o historiador tenha acesso ao extradiscursivo, ao referente. Nega, portanto, o acesso à realidade. E aí começa a discussão sobre a realidade, o que é a realidade? Nós sabemos que a história trata de uma realidade que não mais existe. E o fato dela não mais existir não significa que não tenha existido. E muita gente se apega às ideias de Hayden White, de Dominick La Capra e tantos outros, para dizer que a história é uma ficção privilegiada pelo estatuto de uma suposta realidade. Mas, para dizer a verdade, nunca encontrei um trabalho de história que tenha sido produzido de acordo com os postulados pós-modernos. Nunca vi um orientador orientar um aluno de acordo com princípios pós-modernos.

*13. Então, o historiador pós-moderno não existe?*

**FJCF:** Deve ser uma "*avis rara*". Muitos historiadores foram tomados de entusiasmo pelas teses pós-modernas. Mas isso no campo retórico, no campo do discurso, da troca de ideias. Mas, na verdade, poucos tiraram as consequências dessa opção. Estou convencido de que alguns textos de Ciro Cardoso são muito bons para a pessoa cair um pouco na real. Foi dito isso e aquilo sobre o discurso histórico como um discurso de conhecimento. E agora, fazer o quê? É o fim da história escrita como produção de conhecimento? Então, acho que há alguns exageros em tudo isso. As chamadas teses pós-modernas foram e são importantes como um desafio colocado ao historiador. Até inícios dos anos 1970, quando surgiram as primeiras questões sobre as relações entre história e linguagem, isto é, quando a análise do discurso voltou-se para textos históricos, o historiador era talvez um tanto ingênuo em relação à natureza dos discursos, das fontes documentais e ao seu próprio discurso, ignorando em geral as questões colocadas pela semântica e pela prática linguística. Muitos

tendiam a tomar quase ao pé da letra os textos que utilizavam, sem questioná-los enquanto linguagem utilizada por alguém em certa época e sob certas condições discursivas. Ou seja, o que estava escrito no século XVI não podia ser lido agora como se não houvesse diferença entre produtores e receptores. Foi fundamental aqui a entrada em cena da teoria da recepção. Acho que isso deve ser mostrado ao aluno. Não adianta você dar um curso falando sobre Voltaire, Denis Diderot, Jean le Rond D'Alembert sem saber como, numa certa época, como em cada época, as pessoas que tinham condições de ler, leram e compreenderam esses autores. É o que sempre defendi em relação à chamada penetração e presença das ideias iluministas no Brasil colônia. E, certamente, essas ideias não eram lidas, percebidas e entendidas da mesma maneira como em Portugal, na Espanha ou na França. Em cada lugar você pode ter os mesmos textos recebidos, mas lidos e entendidos de outra maneira. Não basta arrolar bibliotecas, ou listas de livros contrabandeados ou apreendidos. É fundamental saber não apenas quem os leu, mas como os leu! Acho que aí seria importante o trabalho do professor de teoria da história: mostrar essa relatividade da própria documentação, ou melhor, de suas diferentes leituras.

*14. O senhor é um pioneiro no estudo da história da historiografia brasileira e, considerando a obra de precursores como José Honório Rodrigues, como o senhor avalia a forma como essa história tem sido contada até hoje? Que mudanças podem ser observadas?*

378

**FJCF:** Não me considero pioneiro, em primeiro lugar. Trata-se de um evidente exagero. Creio, sim, que José Honório Rodrigues foi um marco, alguém que despertou os intelectuais, sobretudo os historiadores para uma realidade até então relegada ao segundo plano. Acho que ele tem o valor de um pioneiro, um desbravador. Mas, depois disso, as coisas mudaram bastante. Mudaram com Amaral Lapa, com Iglésias, que muito se dedicaram à historiografia brasileira, bem como com os trabalhos de Astor Diehl, René Gertz e, principalmente, Carlos Fico e Ronald Polito, além, é claro, do saudoso Manoel Luiz Salgado Guimarães. José Honório foi quase sempre um franco-atirador, do lado de fora, mantido fora da Universidade a maior parte de sua vida. Fez uma obra fantástica na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional, mas nunca lhe deram a chance de uma cátedra na então Universidade do Brasil ou em outra universidade. Apenas na pós-graduação em história da UFF, ele conseguiu alocar-se, mas isto já no final dos anos 1970. Depois disso, quem vinha estudando, à sua maneira, mais silenciosa, como bom mineiro, era Francisco Iglésias, que já tinha estudado muito a historiografia econômica. Mas, a obra dele saiu como obra póstuma. Não chegou a publicar em vida suas apreciações sobre os historiadores. Há um trabalho também do Jacobina Lacombe, que eu acho muito sumário, muito simplificador. E os dois trabalhos, que eu acho mais completos, mas que não entram muito em juízo de valor, são do Amaral Lapa. Depois surgiu aquele centro de referência da Universidade Federal de Ouro Preto, com Carlos Fico e

Polito, que chegou a produzir coisas importantes. É pena que acabou em pouco tempo. Ali havia um caminho, reunir a produção, organizá-la, sistematizar as informações, embora predominasse sempre a perspectiva nacional. Quando fui fazer esse meu trabalho para a ANPUH (sobre historiografia fluminense) só pude me valer de algumas questões metodológicas levantadas pelo Carlos Fico, pois não podia desagregar aqueles dados nacionais pra extrair os dados fluminenses. O que me lembrou muito o José Honório, que tinha mania de dizer que, no Brasil, só quem escreve história nacional são os cariocas. Os brasileiros escrevem histórias regionais. Só quem tem a visão do Brasil (ele era exagerado) são os cariocas. Os outros têm visões parciais.

*15. Dois trabalhos importantes, que foram premiados agora, são sobre historiografia. A última ANPUH do Rio premiou a tese de Maria da Glória de Oliveira, Narrar vidas, escrever a história (2009), da UFRJ – orientanda do professor Manoel Salgado Guimarães –, que trata da historiografia do IHGB. E o prêmio ANPUH-Nacional 2011 (prêmio Manoel Salgado Guimarães), que foi entregue durante o último encontro, também é destinado a uma tese sobre historiografia, Um estilo de história (2008), de Fernando Nicolazzi, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação de Temístocles Cezar. Então, há um cenário favorável.<sup>5</sup>*

379

**FJCF:** Sempre acreditei que Manoel Luiz Salgado Guimarães (1952-2010) era uma pessoa que reunia todas as condições para escrever uma história da historiografia inovadora e respeitável. Infelizmente morreu cedo, mas aquele trabalho dele sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já anunciava isso. Era alguém que conhecia as principais questões da historiografia contemporânea e estava sempre a confrontar e discutir os problemas das historiografias modernas, inclusive aí situando a *Nouvelle Histoire*, e as implicações historiográficas das propostas ditas pós-modernas, a começar pelo narrativismo, para a produção do discurso histórico. Tinha uma visão clara da escrita da história e soube passar aos seus orientandos suas dúvidas e preocupações teóricas. Trata-se de problemas que não ficaram restritos ao IFCS/UFRJ. No Rio Grande do Sul, em Campinas, em São Paulo, em Goiânia, também existem historiadores voltados para os estudos e reflexões provocados pela maré pós-moderna.

*16. O senhor tem se dedicado ao estudo de Capistrano de Abreu. Qual seria a contribuição desse historiador para a construção de uma concepção moderna de história no Brasil?*

**FJCF:** Continuo a acreditar que Capistrano é um historiador fundamental. Eu não sei, embora seja heresia dizer, se seria importante mandar os alunos lerem

---

<sup>5</sup> Ambas as teses foram publicadas recentemente: OLIVEIRA 2011 e NICOLAZZI 2011.

Varnhagen. Mas acho que ler Capistrano é essencial. Porque ele tem a visão do todo, a conjugação dos fatores da época e, sobretudo, a crítica documental, que muitos não tiveram antes dele e nem todos depois dele. Eu acho que ele ainda é um historiador atual. Estudar, ler, Capistrano é tentar perceber os caminhos da historiografia brasileira entre o final da década de 1870 e 1930. Ajuda a perceber as origens de um pensamento modernista. É natural portanto que hoje alguns docentes da UFF estejam interessados em pesquisar autores e ideias anteriores a 1930. O pessoal da UFF sempre teve as suas querelas com a USP, contra aquele lugar-comum – e eu mesmo aderi a ele – de achar que a historiografia moderna no Brasil começa com Caio Prado, Sergio Buarque. Fizemos uma mudança: jogaram Gilberto Freyre pra escanteio e puseram Antonio Cândido. Trata-se de demonstrar que essa ruptura precisa ser relativizada. Se andarem pra trás vão encontrar o velho Capistrano e toda uma série de autores que, nos anos 1920, questionaram os problemas do Brasil, inclusive com muita discussão no âmbito educacional. Uma discussão pedagógica muito grande. E eu me lembrei que, anos atrás, em São Paulo, havia uma animosidade contra Anísio Teixeira e a Escola Nova. Depois vim a entender. Porque são precursores. E o pessoal de São Paulo amarrou tudo à criação da Faculdade de Filosofia (1934) e à vinda da missão francesa. Quem está estudando a missão francesa é a Marieta de Moraes Ferreira. Lembro o catálogo das teses aprovadas nessa época pela USP. Se você lê aquelas teses, não há relação com a inspiração francesa. Em algumas basta ler o título.

380

*17. Para concluir, em alguns momentos das suas respostas o senhor fez menção à questão do ensino. O senhor formou gerações de professores e pesquisadores. Temos a impressão de que o tempo todo o senhor esteve lecionando. De onde veio esse gosto e em que momento o senhor quis ser professor de história?*

**FJCF:** Já me perguntei isso muitas vezes: porque não segui outras orientações e realmente não tenho explicação. Fiz o ginásio no colégio Pedro II, no internato. Estive semi-interno dois anos e externo dois anos. Não aguentava mais ser interno. Em 1948, quando eu soube da fundação do colégio de aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), tratei de me mudar pra lá. Não quis ficar lá em São Cristóvão. O prédio não era o mesmo que tem lá agora, pois pegou fogo. Na época o colégio de aplicação era outro ambiente, outra motivação. Na época funcionava num prédio da Fundação Getúlio Vargas, em Botafogo. No último ano do científico, nós nos mudamos para a praça São Salvador. Foi uma época muito boa. A professora de química queria que eu fosse estudar química. O de física queria que eu estudasse física. Aí eu fui estudar geografia e história. Na verdade, eu ia fazer geografia e não história. A minha passagem para a história foi ao longo do curso de graduação. Eu entrei com a firme disposição de que iria ser geógrafo. Acabei professor de história e historiador. E nisso a professora Maria Yedda Linhares teve um grande papel. Eu realmente



tive vários incentivos. A professora Eugênia Damasceno Vieira Prado<sup>6</sup> me levou pra UFF. Eu comecei na UFF antes de me formar, no segundo semestre de 1955. Eu ainda era aluno da 4ª. série (hoje, 4º período). Eu me formei em dezembro de 1955. Em 1956 ingressei na Nacional. Fui sempre professor da Nacional e da Fluminense. Na verdade não existia a UFF ainda. Era a Faculdade Fluminense de Filosofia. A federalização veio muito depois. Mas, naquela época a gente só se preocupava com o ensino. Não se tinha nenhuma ideia de pesquisa. Pesquisa seria só pra fazer o doutorado, que era uma coisa muito solitária, muito baseada na relação entre orientando e orientador. Não tinha curso de doutorado, nada disso. E muita gente pergunta como era o mestrado. Participei de reuniões, em 1958, na PUC com o padre Ávila, que já morreu, e ele colocou a seguinte questão: vamos chamar de mestrado, mestria ou mestrança? As pessoas não tinham segurança nem sobre o nome da coisa, quanto mais sobre a coisa. O nome era discutível! Para aqueles que vieram depois parece que o mundo sempre teve curso de mestrado e doutorado... E essas coisas só vieram muito tempo depois. Agora, hoje em dia, a crítica que se faz ao ensino é a da mesma fragmentação que se verificou no nível da pesquisa, e dos cursos de pós-graduação e graduação. Cada professor dá uma pílula de história moderna, de contemporânea, de Brasil. Não é mais como antigamente, quando se dava todo o programa de moderna, de Brasil etc. O professor Helio Vianna, por exemplo, dava do primeiro ao último ponto do programa. Havia aulas em que ele chegava e dizia: "papel e caneta... vou ditar um assunto que não está em livro nenhum". Não era todo dia não. Isso acontecia duas vezes por ano, três no máximo. Mas é aquela ideia de acúmulo de assuntos. Nós tínhamos que dar Renascimento, Humanismo, Reforma... Depois tínhamos que entrar no século XVII, Revolução Inglesa, Luis XIV, Iluminismo, Revolução Francesa etc. Então, tudo isso tinha que ser dado pelos vários professores da equipe, da cadeira. A mesma coisa em antiga e medieval. Só quem não respeitava isso, na minha época, era a área de América. Daí, talvez, que nunca tenha me sentido com bastante confiança para lecionar história da América em turmas de ginásio. O professor Silvio Julio passava o semestre falando de Cristovão Colón; no outro semestre ele escolhia um assunto qualquer e ficava só nesse assunto.

### Referências bibliográficas

BOUTIER, J.; JULIA, D (orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.

\_\_\_\_\_. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

---

<sup>6</sup> Eugenia Vieira Prado, professora catedrática de historia moderna e contemporânea da Faculdade Fluminense de Filosofia, hoje Universidade Federal Fluminense.

FALCON, Francisco. A história andou pra trás. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Entrevista de 17 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/francisco-jose-calazans-falcon>

\_\_\_\_\_. A historiografia fluminense a partir dos anos 1950 / 1960: algumas direções de pesquisa. In: GLEZER, Raquel (org.). **Do passado para o futuro**: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011, p. 13-68.

\_\_\_\_\_. **Estudos de teoria da história e historiografia**. Vol. 1: Teoria da história. São Paulo: Hucitec, 2011.

NICOLAZZI, Fernando. **Estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio - Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. São Paulo: Ed.UNESP, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

VEYNE, Paul. **Comment s'écrit l'histoire**. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

\_\_\_\_\_. **Como se escreve a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB, 1995.

WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

\_\_\_\_\_. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: EdUSP, 1992.